

## VOTAÇÃO DO REGIMENTO

# BATALHA DECISIVA PELA SOBERANIA DA CONSTITUINTE

Veja como o Planalto e seus líderes manobram contra a soberania. Conheça as propostas dos setores progressistas para remover o entulho autoritário. Pág.3

EDITORIAL

## A guinada do PMDB

O PMDB esqueceu a pregação de longos anos - inclusive na última campanha eleitoral - em favor de uma Constituinte livre e soberana e contra o entulho autoritário herdado da ditadura militar.

O senador Fernando Henrique, relator do regimento interno da Constituinte, externou a opinião de que a Constituinte não tem poder para alterar a atual Constituição. Segundo ele, "a Constituição só pode ser mudada pelo Congresso Nacional e pelo quórum de dois terços". E sobre as medidas de emergência - contidas na atual Carta -, que constituem um flagrante constrangimento para o funcionamento democrático da Constituinte, Fernando Henrique limitou-se a declarar que estas medidas não serão usadas, "porque nós somos maioria (PMDB e PFL) e podemos garantir isto".

Em outras palavras, o líder do PMDB no Senado não reconhece a soberania da Constituinte e a coloca sob a tutela de normas arbitrárias - dependendo da boa vontade do PMDB e do PFL de não utilizá-las. O senador coloca também o Congresso acima da Constituinte.

O argumento de que as medidas de emergência não seriam usadas, porque a maioria do PMDB e do PFL garantem, é ridícula. O general Figueiredo também dizia que o Ato Institucional nº 5 não precisava ser revogado porque ele não tinha a intenção de usá-lo. Se o PMDB considera que o entulho autoritário não deve ser acionado, por que então se opõe à sua revogação pela Constituinte? Está aí o instrumento de decreto-lei, combatido frontalmente pela oposição durante o regime militar, e que volta e meia está sendo empregado pelo presidente Sarney. E já tem gente do PMDB justificando que o Executivo precisa de mecanismos de ação rápida para enfrentar situações especiais.

O que se comprova é a análise feita pelo Diretório do PC do B em sua última reunião em Brasília: "O PMDB elegeu a maioria absoluta da Assembléia Constituinte. Podia, se o desejasse, elaborar uma Constituição democrática e progressista, tal como pregou durante a campanha eleitoral. Contudo, o PMDB é hoje um partido de centro, com forte influência dos segmentos mais conservadores. Já não é o núcleo aglutinador da democracia atuante".

Contudo, esta guinada do PMDB não é acompanhada por toda a sua bancada. Frequentemente ouvem-se as vozes dos que se levantam contra esta traição aos compromissos assumidos com os eleitores em praça pública. E um bom número de constituintes deste partido tende a se alinhar junto aos setores progressistas, rompendo com a orientação conservadora das cúpulas. Os eleitores podem reforçar esta tendência cobrando posições dos parlamentares que sufragaram nas urnas.

Diante da posição firme do bloco progressista que vai se articulando na Constituinte, os conservadores sentem-se encabulados, sem coragem de expor abertamente seus planos. Tentam "ajeitar" as coisas em acordos de bastidores. O presidente do PMDB, da Câmara Federal e da Constituinte, Ulysses Guimarães, chegou a aceitar que a Constituinte "afirme" sua soberania, mas que só a exerça "em casos de extrema necessidade".

Nesta semana, com a votação do regimento interno, será cumprida uma etapa decisiva na luta pela soberania da Constituinte. Mas esta batalha se prolongará ao longo de todo seu funcionamento. O PMDB já indicou que quer votar a nova Carta rapidamente. Já os progressistas subordinam os prazos ao esforço no sentido de aprovar normas democráticas e avançadas. O povo deve acompanhar passo a passo este processo.

## Sem saída, Sarney pode recorrer à moratória

O país simplesmente não tem mais como pagar os juros da dívida nos próximos meses. Mas o governo não cogita de uma solução soberana. P.3

## Novo preço da TO

Caro leitor. O fim do congelamento afetou diretamente a produção do jornal. Todos os custos subiram espantosamente. Somos forçados por isto a passar o preço para Cz\$ 5,00. Comunicamos ainda que a TO volta a circular depois do carnaval, no próximo dia 9. Neste intervalo daremos novos passos no processo de modificações no jornal. Leia na pág.5.

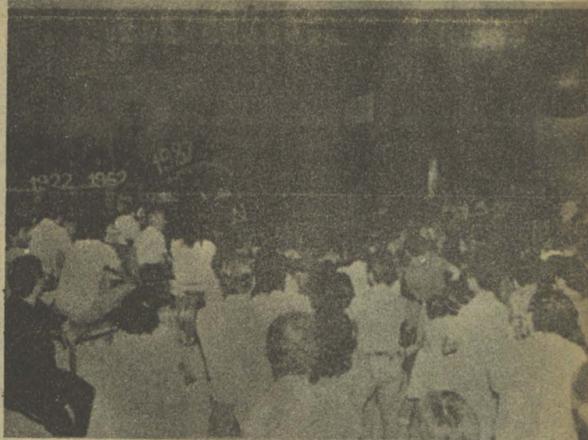


Foto: Ailton S. Leite

500 pessoas participaram do ato do PC do B

## PC do B comemora os 25 anos de reorganização

Amazonas fala da luta contra os revisionistas. Pág.4

## Governo decreta moratória

O pagamento da dívida externa foi interrompido por três meses. Pág.6



Foto: Ailton S. Leite

Os remédios mais baratos e procurados sumiram das farmácias

### Multis põem em perigo milhares de vidas

Boicote some com remédios das farmácias. Pág.8

## A direita se articula e quer novas concessões

A grande imprensa ianque pressiona, Aureliano se apresenta como dissidente, Mário Amato, da Geop, reclama por mais direitos. Pág.10

**CDM**  
Centro de Luta pela Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Estudantes enfrentam o governo de González

O movimento estudantil espanhol ocupou grandes espaços na imprensa brasileira nas últimas semanas, principalmente pelos confrontos entre jovens e repressão policial. Para entender melhor o que acontece na Espanha, é preciso lembrar a crise econômica do sistema capitalista, que traz como uma de suas consequências o desemprego em larga escala tanto entre trabalhadores braçais como entre profissionais universitários.

A Espanha, governada já há seis anos pelos social-democratas, vive um momento asfíxiante, com um horizonte sombrio para jovens e trabalhadores. A incorporação do país ao Mercado Comum Europeu implicou na aceitação de uma série de exigências feitas pelos países fortes e mais antigos na Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Os falsos socialistas de Felipe González estão adotando uma política chamada de "reconversão industrial" e "modernização do campo", que visa adaptar o sistema produtivo espanhol à divisão internacional do trabalho feita pelos países membros da CEE.

Com a penetração na Espanha de mercadorias vindas de fora de suas fronteiras, produzidas por empresas mais avançadas tecnologicamente, os produtos locais não têm como competir na qualidade e no preço. Muitas fábricas fecham e outras estão sendo "reconvertidas" pelo governo. O resultado é o sucateamento das indústrias, fechamento de empresas estatais (especialmente na área do aço) e demissão em massa de operários. E o jovem é lançado à angústia do que os espanhóis chamam de "paro", a falta de trabalho.

## Governo do PS quer limitar o ensino superior

Coerentes com sua política econômica, os social-democratas no poder investiram contra o ensino de 2º grau e as universidades. É bom frisar que o ensino público é hegemônico tanto a nível de 1º e 2º graus quanto na universidade. A fórmula encontrada pelos socialistas de fachada é simples: diminuir o número de universitários para diminuir a pressão feita pela grande quantidade de desempregados de nível superior que terminam o curso todos os anos, através de provas de admissão à universidade (vestibulares).

Até agora, todo estudante que terminasse o 3º ano do 2º grau com média sete entrava na universidade e escolhia seu curso. Pela proposta do governo, criam-se uma série de provas de admissão. Este foi o grande detonador da explosão estudantil. A criação do vesti-

bular é uma medida altamente elitista e golpeia o livre acesso à universidade.

A reação estudantil à proposta governamental foi imediata. Desde o Natal de 1986 começaram as primeiras greves e passeatas. No Brasil, a televisão apresentou muitas cenas de luta entre estudantes e policiais e "quebra-quebras" feitos por estudantes e outros jovens. Há que se notar a presença de organizações fascistas que atuam na Espanha contra os estudantes. No entanto, o aspecto principal do movimento é sua amplitude. A greve é quase total nas escolas públicas - o que envolve mais de 90% do estudantado. Algumas faculdades de Madri, universidades e alguns estudantes de colégios particulares apóiam o movimento.

Na capital do país chegou a ocorrer atos com 100 mil pessoas. Em regiões como o país basco, a participação e radicalização do movimento foi muito grande, pois somou-se às reivindicações acadêmicas o ódio à repressão do Estado comandada desde Madri.

À frente do movimento estão centenas de lideranças muito jovens. No início, o ministro Maravall, da Educação, negou-se a negociar se continuassem as passeatas. Mas o movimento continuou, e ele viu-se na contingência de realizar até três jornadas de negociações por semana com a comissão de dez representantes estudantis.

O governo já cedeu em alguns pontos e aumentou em 30% o orçamento para bolsas de estudo e ajuda a estudantes carentes. Porém não mexeu na

questão do acesso à universidade nem na democratização das escolas, outra reivindicação dos jovens manifestantes.

Outro aspecto importante quanto às lideranças é a composição social. Pesquisa da imprensa espanhola indica que mais da metade das lideranças nas capitais de províncias e principais cidades são filhos de operários. Deve-se ressaltar também o conteúdo popular das reivindicações e palavras de ordem do movimento. As faixas, os *slogans* e as canções das passeatas são sempre coroadas com a frase "o filho do operário na universidade".

## As duas centrais de estudantes unidas nesta luta

O caráter irônico e contestador das passeatas contra o governo de Felipe González e seus ministros da Educação e do Interior (Barrionuevo, o responsável pela repressão) atraiu desempregados, jovens marginalizados, *punks*, torcidas de times de futebol etc. Essa mistura de segmentos jovens oprimidos pela falta de perspectiva da sociedade capitalista deu uma nova dimensão às manifestações, que deixaram de ser, em alguns momentos, exclusivamente acadêmicas, e passaram a ser representativas da angústia de toda uma geração juvenil.

Os integrantes da Juventude Comunista Espanhola (Marxista-Leninista) participam ativamente desse movimento. No

entanto, não existe a hegemonia de nenhum partido no movimento nacional. Existem duas centrais estudantis: o Sindicato de Estudantes e a Coordenadoria de Centros. Os comunistas estudantis privilegiam o Sindicato, por ser uma estrutura organizada e com perspectiva de consolidação como entidade nacional. As direções são escolhidas a partir da eleição de representantes por escola, que reunidos por cidade ou região, indicam a direção nacional, e esta indica a comissão negociadora, com estudantes das duas centrais.

A revolta juvenil está ajudando a desmascarar o governo pseudo-socialista, ao tempo que não abre brechas para uma possível utilização do descontentamento estudantil pela direita. A partir de uma reunião nacional de representantes de todas as regiões da Espanha, o movimento passou a ser considerado antifascista, com a aprovação, por unanimidade, de uma proposta da JCE (M-L) nesse sentido. Os estudantes, a partir daí, exigem a demissão de professores e diretores repressivos.

A rebelião estudantil arejou a vida política espanhola, hoje dominada pelos social-democratas. A este movimento juntam-se outros de mineiros (ameaçados de demissão), de assalariados agrícolas, de professores da rede privada de ensino etc. Dessa forma abrem-se novas possibilidades de crescimento das verdadeiras idéias revolucionárias e socialistas.

(Javier Alfaya)



Policial persegue jovem em Madri: a social-democracia comanda a repressão aos estudantes

## Filipinas: Carta nova, ameaças antigas

Após muita conturbação, tentativas de golpe militar, ações da guerrilha, manifestações populares etc., foi aprovada a nova Constituição das Filipinas. A nova Carta institucionaliza a democratização do país, processo que teve o início com a derrubada do ex-ditador Ferdinand Marcos e a posse de Corazón Aquino.

A constituição foi elaborada por uma comissão do governo e submetida a um plebiscito. Neste plebiscito, a esmagadora maioria da população (80%) votou a favor da nova Carta.

### PRESSÕES DA DIREITA

Apesar de sua vitória, Corazón Aquino enfrenta ainda

muita pressão dos setores de direita, em especial os militares. Verificou-se, por exemplo, que a maioria dos militares (56%) votou contra a nova Constituição, evidenciando uma oposição deste setor. As tentativas de golpe enfrentadas durante a campanha do plebiscito foram diversas. Até uma volta do ex-ditador Ferdinand Marcos ao país foi tentada, sem sucesso.

Procurando dar conta da situação, os militares foram obrigados a jurar obediência à nova Constituição, sendo notícia na imprensa o juramento do gal. Fidel Ramos, chefe do Estado maior das Forças Armadas e um dos articuladores direitistas dentro do governo.

### A NOVA CARTA

Não se pode dizer que a nova Carta atendeu aos anseios populares em sua totalidade. Na verdade ela expressou as limitações do processo de democratização filipino.

A nível institucional, ela se assemelha às constituições filipinas de antes da ditadura e à

norte-americana. O Parlamento é bicameral, com uma Câmara de Deputados e um Senado; o regime é presidencialista, com o presidente eleito por voto direto e secreto. O mandato de Aquino termina, pela nova Carta, em 1992.

Por outro lado, a Carta não toca num aspecto fundamental: a reforma agrária, questão que levou a manifestações camponesas antes da votação do plebiscito. E quanto às bases norte-americanas instaladas no país, o texto estabelece que elas serão mantidas nos mesmos termos até o término do acordo, momento em que será discutida a sua renovação ou não. Ou seja, protela essa decisão tão importante para a soberania do país.

Essas limitações fizeram que a guerrilha do NEP (Novo Exército do Povo) votasse contra a Constituição e intensificasse a sua ação no interior do país. Assim, mesmo com o apoio demonstrado pelo plebiscito, Aquino enfrentará ainda muitas dificuldades para consolidar seu governo.



Manifestação antiimperialista em Quito, capital do Equador

## Equador já não tem com o que pagar a dívida

O governo do Equador decidiu suspender parcialmente o pagamento de juros de sua dívida externa no início do mês. Entretanto, não se trata de uma atitude de confrontação com os banqueiros estrangeiros por parte do presidente do país, o conservador León Febres Cordero.

Na realidade, a economia equatoriana já não está conseguindo gerar excedentes para efetuar o pagamento. Em um telex enviado ao comitê de bancos credores do país (liderado pelo Lloyds Bank, da Inglaterra), o governo informou que enfrenta "graves problemas de fluxo de caixa".

### REFLEXO DA CRISE

Não faz muito tempo que o Equador foi citado pelo secretário do Tesouro norte-americano, James A. Baker III, como um país "modelo" em função da decantada capacidade de se ajustar às exigências dos banqueiros estrangeiros. Ostenta uma dívida de 7,7 bilhões de dólares (para uma população de aproximadamente 8,5 milhões e um PNB de 10,57 bilhões de dólares em 1984), mas vinha obtendo significativos saldos na balança comercial e, com isto, enviando ao exterior os recursos necessários para pagar os juros dos empréstimos contraídos junto à comunidade financeira mundial. Em 1984, por exemplo, o país exportou o equivalente a 2,58 bilhões de dólares e importou 1,46 bilhão, enviando aos capitalistas dos países imperialistas lucros superiores a 1 bilhão de dólares. Para tanto, o governo de León Febres Cordero entregou o comando da economia ao FMI e cumpriu à risca todas as imposições dos credores. É claro que isto resultou num empobrecimento maior da nação e em medidas marcadamente antipopulares (com destaque para o arrocho salarial, imposto por Cordero sem consultar o Congresso em 1985).

Mas o comportamento exem-

plar não durou muito. As contradições entre as classes sociais no interior do país foram agravadas (a oposição acabou conquistando 43 cadeiras no parlamento, nas eleições do ano passado, contra apenas 19 do Partido Social-Cristão, situacionista). E as variações dos preços do petróleo nos últimos anos tornaram inviável a manutenção de grandes superávits comerciais (o produto responde por cerca de dois terços das exportações). A economia equatoriana está mergulhada na recessão. Febres tentou contratar empréstimos ("dinheiro novo") no exterior, porém não teve sucesso.

### CRISE PROFUNDA

Os problemas do Equador com a dívida externa constituem apenas um reflexo (pouco expressivo em si) da crise sem precedentes que assola o sistema financeiro capitalista. O cenário é de falência geral. Os países endividados (com débitos somados de 1 trilhão de dólares) simplesmente não têm como pagar, mesmo porque esbarram em barreiras intransponíveis como o protecionismo dos países imperialistas e a deterioração permanente dos preços de suas exportações.

É de se esperar, para breve, manifestações mais explosivas. O México até hoje não viu a cor dos 6 bilhões de dólares de novos empréstimos que negociou solenemente com o FMI e o Banco Mundial. Os banqueiros privados estão relutantes em desembolsar a grana e o comportado Silvestre Fernández Barajas, presidente da confederação das Associações da Indústria Mexicana, há poucos dias disse que o país poderá suspender o pagamento da dívida caso "não receba os recursos de que necessita para reativar sua economia". E o Brasil provavelmente terá que recorrer a alguma forma de moratória (declarada ou não, negociada ou unilateral) em pouco tempo, pelo singelo motivo de não possuir divisas para pagar.

## Morre Jairo Calvo, comandante da guerrilha colombiana

O líder do Exército Popular de Libertação (EPL), braço armado do Partido Comunista da Colômbia (marxista-leninista), Jairo Calvo, morreu domingo, dia 15, ao tentar escapar de um cerco policial perto de Bogotá. Jairo, que também usava o codinome de Ernesto Rojas, era um dos principais dirigentes da Coodernadoria Nacional Guerrilheira, integrada também pelo Movimento 19 de Abril, o Exército Nacional de Libertação e mais três grupos.

Junto com seu irmão, Oscar William Calvo, Jairo foi um dos fundadores do EPL, que iniciou suas atividades em 1967, e era considerado um hábil estrategista. Seu irmão, Oscar, foi assassinado por grupos pára-militares em 1985, quando o EPL e o governo haviam assinado uma trégua na luta armada.

Ao informar a morte de Jairo Calvo, a polícia colombiana afirmou que um outro guerrilheiro foi morto, junto com o comandante do EPL.



Militares juram fidelidade à Constituição, mas conspiram...

# As pressões da direita buscando mais privilégios

O capital estrangeiro, a grande burguesia brasileira e os latifundiários ainda não estão contentes com as concessões que tem alcançado do governo Sarney. Querem mais. E se articulam para isto. O Washington Post e o New York Times, os dois maiores jornais norte-americanos em editoriais do último dia 16, dão o tom: o primeiro diz que "o presidente Sarney já não tem mais autoridade para enfrentar o quadro conjuntural desfavorável provocado pela debilidade do desempenho econômico dos últimos meses". O segundo diz que "já se fala em uma redução do seu mandato para a convocação de eleições presidenciais livres". De forma mais descarada, o reacionário O Estado de S. Paulo ameaça, no editorial do último dia 18, que "o país pode ir para um beco sem saída e para uma solução possivelmente de força".

A oposição popular, que também anseia por um novo governo, mas que ainda não criou a alternativa de uma solução progressista, tem o maior interesse em acompanhar estas análises e as manobras da direita.

## AS PEÇAS DO JOGO

No início do mês, quem moveu a peça do jogo de xadrez pelas forças mais conservadoras foi o ministro Aureliano Chaves. Num evidente esforço para se projetar como presidenciável na sucessão de Sarney, Aureliano tratou de se apresentar como "dissidente". Depois de lançar várias farpas contra a equipe econômica do governo, numa entrevista para a TV Globo, ele resolveu abrir baterias contra o Plano Cruzado dizendo que "com demagogia se ganha eleição mas não se governa". Com isto ele pressiona o governo, aproveitando-se da impopularidade de Sarney atualmente, e aparece como oposição, embora usufruindo da posição de ministro.

Outro lance da direita



Aureliano, "dissidente"

# Oportunismo da UDR no protesto de Brasília

Terminado o movimento dos agricultores em Brasília, dia 12 último, ficou a impressão de que alguma coisa andou errada: afinal Ronaldo Caiado, presidente da entidade dos latifundiários (UDR) foi aplaudido pela grande massa de pequenos produtores agrícolas mas criou confusão e mal estar entre grandes do setor e do governo.

As divergências da UDR com outras entidades da Frente Ampla Agropecuária refletem diferenças nas bases destas entidades. A UDR, mesmo que tenha "50 mil filiados em 55 regionais espalhados por 16 Estados", como declara seu presidente, na verdade fala em nome de um tipo especial de grandes proprietários de terras. Justamente aqueles dos latifúndios pecuaristas que engordam milhares de cabeças de gado por ano, com grande investimento de capital e tecnologia. Estes empresários-pecuaristas estão representados pelo Sindicato Nacional dos Pecuaristas.

"O pessoal da UDR - diz um pecuarista da região de Araçatuba - são gigólos de vaca. É uma turma que chega para o gado e diz: o pasto está aí, virem-se".



Amato quer mais lucros

coube ao presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato. Numa palestra na sede da entidade, Amato afirmou que "os empresários não enfrentam no Brasil uma absurda incompreensão contra o lucro". Em outras palavras, os grandes grupos econômicos não estão satisfeitos com os lucros fabulosos que obtiveram no período da ditadura e que continuam auferindo. Vão exigir novos privilégios. E o representante do empresariado ainda apontou um de seus alvos: "As empresas públicas - disse ele - se colocam acima do bem e do mal e escapam da falência porque têm sempre a sociedade a pagar-lhes as contas". A grande burguesia, em associação com o capital estrangeiro, há muito que está de olho gordo nas estatais, como a Mafersa e outras, que querem ver, o mais rapidamente, privatizadas.

A terceira jogada foi realizada pela UDR, que promoveu uma manifestação em Brasília, reivindicando juros agrícolas mais baixos e maiores facilidades de empréstimos bancários. Sem conseguir esconder o seu feroz anticomunismo, o líder da UDR Ronaldo Caiado, fez um discurso inflamado, onde não deixou de atacar a reforma agrária - que ele qualifica como "terror fundiário" - e declarou: "os mais de cem congressistas que apoiam as nossas idéias não permitirão que se faça neste país uma Constituinte manchada de vermelho". Manipulando o descontentamento existente entre os pequenos produtores, a UDR conseguiu arrastar um bom número deles para a sua demonstração de força.

Enquanto isto, na Constituinte, o PTB se prepara para consolidar uma aliança com o PMDB e com o PFL, numa amálgama oportunista entre o conservadorismo e o fisiologismo. A direita sabe muito bem o que quer e está em plena atividade para alcançar seus objetivos.

A UDR foi criada para combater a reforma agrária. Desde seu nascimento até agora já usou várias táticas: fez uma campanha para os proprietários se armarem nas suas fazendas para "defender as terras a bala"; levantaram dinheiro em leilões de gado e trataram de eleger seus constituintes; agora articulam na cúpula a Frente Agropecuária, procurando dirigir a massa de pequenos produtores.

Ezídio Pinheiro, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), denuncia o oportunismo da UDR: "Estão manipulando o movimento do pequeno produtor. Nesse ano da Constituinte, em que o principal é mobilizar os trabalhadores rurais pela reforma agrária, eles escondem a questão e ficam só na discussão dos problemas da política agrícola. Nós também temos propostas para a Constituinte sobre a política agrícola que beneficie o pequeno produtor. Mas o principal é a questão da reforma agrária".

A presença da UDR e sua política de desviar o movimento para defender os interesses dos grandes pecuaristas é um dos motivos da Contag não integrar a Frente Ampla Agropecuária.



# Constituinte: soberania em votação esta semana

A cúpula do PMDB sugere uma estranha fórmula: a Constituinte declara sua soberania e logo após renuncia a exercê-la; continuam em vigor o Decreto-lei e as Medidas de Emergência. Há resistências, no entanto, dentro da própria bancada peemedebista. Enquanto isso, o PC do B, o PT, setores do PMDB e de outros partidos, lutam pela soberania plena.

Depois de duas semanas de silêncio ou de declarações dúbias e contraditórias o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, revelou no último dia 16 a um grupo de parlamentares sua proposta original a respeito da soberania da Constituinte: a Assembléia afirma, numa declaração retumbante, seu caráter soberano; imediatamente, porém, assume o solene compromisso de jamais exercer tal "soberania". Compromete-se, assim, a não revogar as Medidas de Emergência, a possibilidade do Executivo governar por decretos-leis, a Lei de Greve e outros instrumentos de arbítrio. Em poucas palavras, renuncia ao direito de constituir-se em poder supremo da nação e entrega ao Poder Executivo todos os poderes previstos na Constituição escrita pelos militares em 1969.

## DIFICULDADES DO PMDB

Embora esdrúxulo, o raciocínio de Ulysses teve seguidores. No próprio dia 16 o senador Fernando Henrique Cardoso, encarregado pela cúpula do PMDB de elaborar um anteprojeto de regimento para a Constituinte, apresentou a estranha tese de que não é preciso revogar as Medidas de Emergência, "porque o governo do PMDB e do PFL não as usará". O pensamento lógico induz a perguntar: se não serão usadas mesmo, por que não eliminá-las? Mas opiniões como as de Fernando Henrique e de Ulysses, repetidas em grande número nos últimos dias, são um exemplo das dificuldades em que se encontravam, até o final da semana passada, os líderes do PMDB, enquanto se aproxima a data da votação do regimento interno prevista para até o dia 25. Eles precisam responder a um sentimento democrático que parece vir de setores importantes de sua bancada; e ao mesmo tempo temem que, numa conjuntura de crise econômica, a Constituinte chegue a posições que não julgam aceitáveis.

Que saída encontrar para o problema? Procurando respon-

der a esta questão o líder do presidente Sarney na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna desenvolvia intensas negociações. Ele procurava acertar com o grupo "pró-soberania" do PMDB uma proposta que, incorporando pequenas limitações às prerrogativas do Executivo, permitisse isolar os partidos que defendem a soberania plena da Assembléia.

## A ARTICULAÇÃO DE SANT'ANNA

Pelo menos até o dia 18, isso parecia difícil. Nesse dia o deputado Maurílio Ferreira Lima, um dos líderes do "pró-soberania" afirmava-se "pessimista" quanto aos entendimentos mantidos com Sant'Anna. Enquanto isso os setores progressistas firmavam posições comuns em pelo menos quatro pontos: fim da Lei de Greve, dos decretos-leis e das Medidas de Emergência; transitoriedade do mandato do Presidente Sarney; conquista plena das prerrogativas parlamentares; e Constituinte exclusiva. O PC do B ia ainda além, defendendo o fim dos dispositivos que autorizam apenas o Executivo a legislar sobre matéria financeira.

## REGIMENTO INTERNO

Em relação ao regimento interno, apareceram sinais de que os conservadores estão sendo obrigados a certos recuos. O próprio anteprojeto apresentado por Fernando Henrique estabelece, ao contrário da proposta inicial de Ulysses Guimarães, que todos os deputados participarão das comissões do regimento. Eles se dividirão em 9 comissões, uma para tratar de cada tema da nova Constituição. Além disso, essas comissões poderão ouvir, durante seus trabalhos, representantes da sociedade civil.

A proposta de Fernando Henrique parecia admitir também que entidades populares possam apresentar projetos à Constituinte, desde que subscritos por um mínimo de 30 mil assinaturas. Discutia-se ainda a destinação

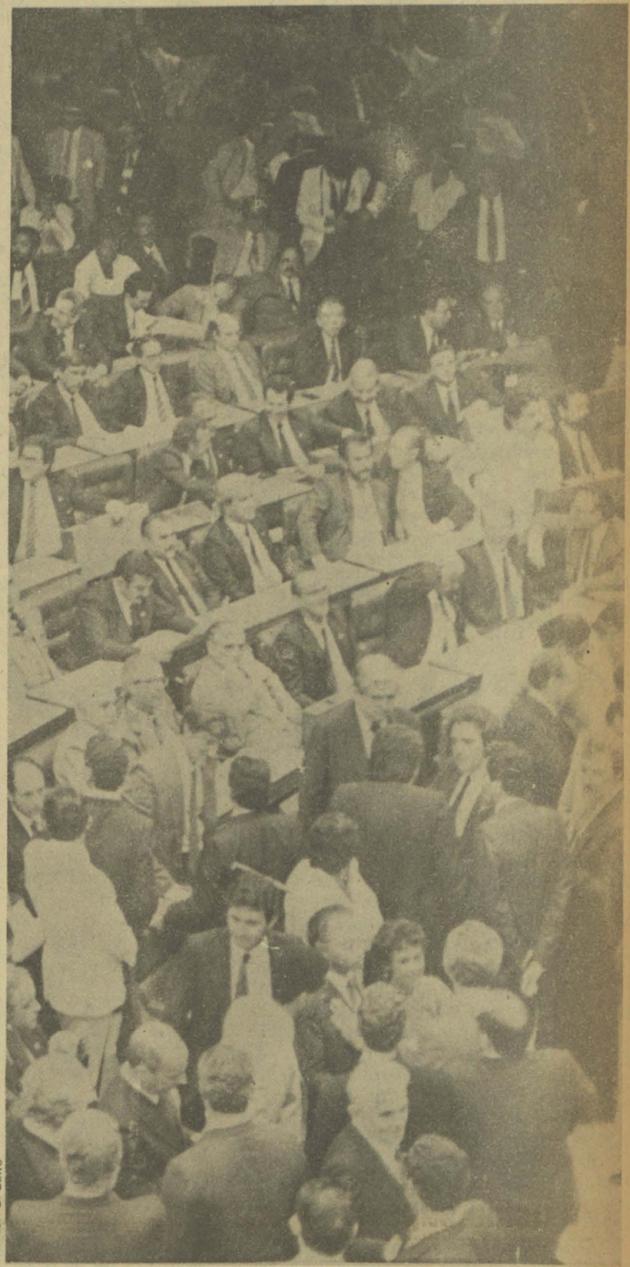


Foto: Allison S. Lente

de um período diário na programação das emissoras de rádio e TV em que serão emitidos boletins acerca dos trabalhos da Assembléia. E uma proposição de Fernando Henrique, estabelecendo que apenas os partidos

com mais de 15 parlamentares poderiam estabelecer liderança na Constituinte era alvo de críticas generalizadas, e parecia destinada a fracassar.

(Antônio Martins)



# Edmilson: a experiência de um metalúrgico na Constituinte

Edmilson Valentim, operário metalúrgico de 23 anos de idade, foi eleito deputado federal pelo PC do B do Rio de Janeiro. Saiu diretamente da fábrica para o parlamento. Publicamos abaixo um depoimento de Edmilson sobre suas principais impressões em Brasília:

Para um operário que deixa temporariamente seu emprego na fábrica para assumir o mandato de deputado federal constituinte, a vida parlamentar é meio estranha. A primeira coisa que senti ao iniciar minhas novas funções como deputado do PC do B foi a de que o Congresso Nacional é a casa da essência da burguesia. Aqui a classe operária está muito pouco representada, quase não tem força alguma.

A gente fica impressionado com o modo de vida dos repre-

sentantes da burguesia. A suntuosidade de suas vidas contrasta com o estilo e as condições de vida da classe operária e da maioria do nosso povo. O interessante é que se faz uma pressão muito forte, de todos os lados, para que a gente também incorpore esse estilo de vida burguês. Eu mesmo já fui abordado para participar de festas onde a principal atração são as mulheres de aluguel.

Uma coisa que eu sinto, também, é que o relacionamento

entre os parlamentares é muito formal, quase imperial. De resto, é muita festa, muito uísque, muita mordomia, na tentativa de isolar a gente da realidade brasileira. O esquema todo é montado para tentar diminuir nossa combatividade. Se a gente não tiver muita firmeza ideológica vai sendo envolvido. Quando vai ver já está sendo parte do esquema da burguesia.

Outro aspecto é o da discriminação das cúpulas dos grandes partidos e das direções da Câmara e do Senado para com os deputados novos, especialmente aqueles que tem cheiro de povo. Eu ainda não senti nenhuma discriminação pelo fato de ser negro, por exemplo. Em com-

penção muita gente olha de maneira estranha, pois não estão acostumados que figuras simples do povo sejam deputados.

Com relação à Assembléia Constituinte, a gente sente que os setores populares estão aritmeticamente inferiorizados. As forças conservadoras estão manobrando de todo jeito para tentar evitar que a Constituinte seja mesmo soberana e que traga avanços importantes para o povo brasileiro. Para os setores populares é difícil apresentar propostas e até mesmo falar quando é preciso. Na última segunda-feira, por exemplo, eu queria falar sobre a greve da Cosipa. Mas a mesa diretora da Câmara manobrou inclusive na hora de definir a lista de oradores.

## PRESSÃO DO POVO

Mesmo assim, acredito que os setores populares tenham condições de pressionar. Para isso é preciso que o povo esteja mobilizado. Eu sinto que há deputados que tremem com a presença do povo, que podem pender para o lado mais progressista. Eu não acredito que seja possível fazer mudanças profundas na sociedade através do parlamento. Mas acho que é possível obter vitórias para a consolidação da democracia em nosso país através da Constituinte. É claro que será uma luta árdua, bastante difícil. Mas é preciso ser travado e é por isso que estou aqui junto aos demais companheiros da Constituinte. Estamos aqui para lutar com firmeza. E vamos lutar.



Foto: Allison S. Lente

Edmilson: a suntuosidade do parlamento contrasta com as condições de vida do povo

# O país já não pode pagar a dívida externa

O governo decidiu interromper o pagamento da dívida externa por um período de três meses, segundo informações divulgadas no momento em que fechávamos esta edição, altura em que os detalhes acerca da medida ainda eram precários. A iniciativa foi unilateral e, evidentemente, não causou entusiasmo nos bancos credores.

A decisão não chega a ser surpreendente. Mesmo nos países imperialistas predominava a opinião de que algum tipo de moratória teria de ser adotado - era simplesmente um fato "aritmético inexorável", conforme teriam admitido alguns banqueiros norte-americanos em conversas com um empresário brasileiro.

## PAÍS FALIDO

Nesta altura, o país está praticamente falido. Não possui divisas para continuar pagando juros e outras rendas do capital estrangeiro. Na semana passada, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, foi chamado às pressas pelo presidente Sarney com a missão de comunicar aos credores a posição do Brasil - que, tecnicamente, já está em moratória, uma vez que não tem conseguido gerar nem obter recursos para enviar ao exterior nos últimos meses.

A gravidade da crise cambial já tinha resultado na suspensão parcial das remessas de lucros das multinacionais para o exterior. A centralização do câmbio (com todas as transações em moeda com o exterior sendo realizadas pelo Banco Central) vinha sendo cogitada. Agora, já é fato.

A situação vem se deteriorando desde o segundo semestre de 1986, que registrou uma queda acentuada das vendas de mercadorias a outros países. Em janeiro deste ano, segundo informações divulgadas pela Cacex, as exportações superaram as importações em apenas 129 milhões de dólares, valor muito inferior ao que o país é forçado a pagar mensalmente aos capitalistas estrangeiros.

## SEM RESERVAS

Os superávits dos últimos meses de 1986 situaram-se também abaixo das exigências advindas da dívida externa.



Marcílio: convocado às pressas



Sarney não teve alternativa

Em consequência, o governo teve de queimar as reservas internacionais do país, que hoje certamente encontram-se em uma posição mais que crítica, oscilando em torno de 2 bilhões de dólares, o que é insuficiente até mesmo para cobrir dois meses de importações.

Mesmo a equipe econômica não tem esperanças de que a tendência da balança comercial seja revertida a curto prazo. As dificuldades, segundo as previsões oficiais (em geral otimistas), persistirão pelo menos até abril. Conseqüentemente, a interrupção do pagamento da dívida foi uma saída inevitável. Isto é, fruto da absoluta impossibilidade de pagar.

Quando elaboramos este comentário, sem conhecer os detalhes da iniciativa do governo, era difícil avaliar o alcance da moratória. A primeira vista, porém, a decisão não correspondia precisamente ao que vem sendo reivindicado pelo movimento popular: a suspensão do pagamento da dívida externa, acompanhada de uma análise rigorosa sobre a natureza dos débitos contraídos ao exterior, uma investigação que deve ser feita por toda nação.

Não parece ser este o propósito do governo. Ao contrário, o que se propaga é a intenção de reduzir neste ano a transferência real de recursos ao exterior, mas através de novos empréstimos dos banqueiros (também chamados de "dinheiro novo"). O "dinheiro novo", contudo, embora possa aliviar a curto prazo os apertos no balanço de pagamentos, não resolverão os problemas do país. Ao contrário, poderão agravá-los, traduzindo-se mais tarde em juros ainda mais volumosos. No momento, cabe pressionar as autoridades para que adotem uma solução que resguarde os interesses do povo e da nação.

## A queda das reservas

É grave a crise cambial do país. Embora algumas autoridades tenham procurado minimizar o problema, uma rápida análise é suficiente para concluir que o quadro é negro. A posição das reservas internacionais estão em um nível abaixo do crítico.

Já faz algum tempo que a transferência líquida de recursos do Brasil ao exterior (em função da dívida externa) anda em torno de 1 bilhão de dólares, mensalmente. Desde o ano passado, esse valor aumentou (e razoavelmente) em consequência do crescimento da remessa de lucros e do repatriamento de capital pelas multinacionais.

Em outubro do ano passado, segundo o Banco Central, o governo gastou 1.211 milhão de dólares das reservas internacionais para cobrir o rombo do balanço de pagamentos. O envio de recursos, naquele mês deve ter alcançado 1.421 milhões de dólares (montante a que se chega adicionando a queima de reservas ao saldo da balança comercial de 210 milhões).

Nos meses seguintes (novembro, dezembro e

janeiro) as diferenças entre o que o país exportou e importou (inexpressivas se relacionadas com as "obrigações" contraídas com o capital estrangeiro), foram, respectivamente, de 131, 156 e 129 milhões de dólares, somando um total de 416 milhões. O envio de recursos ao exterior não precisa ser necessariamente igual todo mês. Consideremos que os pagamentos ao exterior tenham sido em média de 1.200 milhões de dólares ao mês (o que é uma estimativa prudente, inferior aos 1.421 milhões de outubro, e possivelmente até subestimada). O país teria pago, portanto, 3.600 milhões de dólares entre novembro e janeiro. Deduzindo daí o saldo acumulado na balança comercial no período (416 milhões de dólares), chega-se a um buraco de 3.184 milhões no balanço de pagamentos.

As reservas internacionais teriam caído, então, no final de janeiro, para 2.382 milhões de dólares, resultado a que se chega subtraindo o rombo de 3.184 milhões dos 5.566 milhões de dólares que eram o valor das reservas em outubro de 1986, segundo o Banco Central.



José Duarte discursa no ato que comemorou 25 anos de reorganização do PC do B.

# Amazonas destaca a luta do PC do B contra o revisionismo

"Foi uma luta de classes dentro do partido. A luta de uma minoria que amava a agremiação fundada em 1922, e que não admitia sua destruição". Com estas palavras o presidente nacional do PC do B, João Amazonas, definiu na noite do último dia 18 o processo de reorganização do partido. Ele falava a uma platéia de 500 pessoas comunistas e representantes de outras forças democráticas, que se comprimiram no Salão Nobre da Assembléia Legislativa de S. Paulo para comemorar o evento, ocorrido 25 anos antes.

Orador principal da solenidade, Amazonas destacou a importância da fundação do partido, em 1922. "Ela tem significado histórico. A experiência mostra que todas as revoluções sociais, na época do capitalismo, só tiveram sucesso com um partido proletário à frente, dirigindo a luta pelas transformações".

Lembrou que em nosso país tal partido foi durante muito tempo débil, "com poucos quadros, sem experiência política, sem domínio da ciência avançada". E que atingiu um grau de maturidade maior na década de 50. "No 4º Congresso, em 1954, começamos a vislumbrar o caminho da luta revolucionária".

Logo depois, porém, surgiu na União Soviética um "surto revisionista". "O partido que vencera o mais poderoso inimigo dos povos - afirmou, referindo-se ao Partido Comunista soviético - buscou, quando dirigido por Nikita Krushchev, o caminho pequeno-burguês da acomodação, que leva de volta ao capitalismo. As teses revisionistas chegaram também ao Brasil. A pressão soviética mais a fraqueza de falsos comunistas levaram a capitulação do partido do proletariado brasileiro, comandado por Luís Carlos Prestes.

Os revisionistas brasileiros renegaram o partido fundado em 1922 e criaram um novo, o atual Partido Comunista Brasileiro".

Amazonas falou a seguir da reconstrução da legenda revolucionária. "A Conferência Extraordinária que reorganizou o partido ocorreu aqui mesmo em S. Paulo, no bairro do Ipiranga. Éramos poucos. Havia comunistas do Rio Grande do Sul, de S. Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, da Bahia, de Minas e de Brasília. Entretanto tínhamos confiança. Precisávamos travar uma luta desigual contra os revisionistas brasileiros e internacionais. Mas sabíamos que estávamos do lado da verdade".

Analizou a seguir a participação do PC do B na luta contra a ditadura militar. "Perdemos mais de 100 lutadores. Fomos o partido mais atacado pelo autoritarismo". Mas sublinhou: "Mesmo assim, soube manter uma orientação correta e coerente. Enxergamos a realidade brasileira de forma mais clara que em qualquer outro período". Falou do crescimento do PC do B, hoje com "milhares de militantes e centenas de dirigentes".

Deteve-se a seguir na luta que o partido enfrenta hoje. "A situação do país exige transformações sociais urgentes". Falou da reforma agrária. E atacou as pressões imperialistas. "Os Estados Unidos declararam uma guerra econômica contra nosso povo. É preciso responder que se querem que assim seja enfrentarão a guerra de libertação nacional do povo brasileiro".

Fez um apelo à unidade. "Precisamos instaurar no Brasil um novo regime, democrático e popular. Estamos na

linha de frente desta batalha. Mas ela não pode ser travada apenas por um partido. Ela só será vitoriosa com a unidade das forças democráticas, patrióticas e progressistas". E concluiu: "O período de lutas que vivemos nos dá certeza que a vitória chegará. Haverá festa em nossa rua, como dizia Marx".

O chamado à unidade não ficou sem resposta. Depois de Amazonas, falou Ali Al-Khatib, representante da OLP, para quem "o PC do B foi amigo e companheiro dos palestinos nos momentos mais difíceis". Falou Ruy Falcão, representante do Diretório Regional do PT-SP, destacando a necessidade de "mobilizar o povo para conquistar uma Constituição progressista, e de construir a unidade popular e democrática". Falaram Edgar Carone, historiador progressista, José Duarte, velho militante do PC do B, Vital Nolasco, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo e Fernando Pupo, presidente do Diretório Regional do PC do B.

Até às 22h30, quando terminou o ato, a platéia manteve-se atenta. Gente do povo, na grande maioria. Gente como o jovem bancário Edson Louzada, comunista desde 1982, que veio de Taubaté especialmente para a comemoração. "Ela serve para mostrar aos militantes novos a força do partido, mesmo em momentos difíceis como o da reorganização". Outro militante, o electricista Luis Orlando, de idade mais avançada, confessava, emocionado. "Estou aqui porque tenho total definição pelo Partido Comunista. Desde criança despertei contra a desigualdade social. E aprendi que só o socialismo pode levar a humanidade a libertar-se dela".

## "Continuidade histórica"

O líder do Partido Comunista do Brasil na Assembléia Constituinte, deputado Haroldo Lima (BA), registrou na Assembléia, no dia 18, a passagem do 25º aniversário de reorganização do PC do B. Segundo Haroldo, a data reveste de importância para o movimento revolucionário brasileiro. Ele destacou que, a partir dos anos 50, os oportunistas tentaram mudar o caráter do partido, alterando-lhe, inclusive o nome. Mas os marxistas-leninistas fizeram frente a essa investida da burguesia infiltrada no partido, reorganizaram o

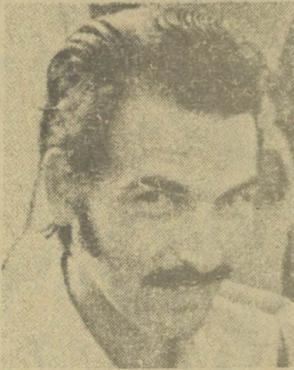
PC do B "e deram continuidade histórica à agremiação fundada em 1922". O líder da bancada comunista destacou o papel de dirigentes como João Amazonas, Maurício Grabois, José Duarte, Pedro Pomar, entre outros, na luta contra os que tentavam dismantlar a organização de vanguarda do proletariado de nosso país.

Haroldo Lima ainda declarou que o PC do B é, hoje, por uma Constituição moderna e que vai lutar pelo exercício da verdadeira soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

# Torturador é ouvido no caso do desaparecimento de Ruy Frazão

Mais um passo foi dado no processo de apuração do desaparecimento do membro do Diretório Regional do PC do B em Pernambuco, Ruy Frazão Soares, ocorrido em 27 de maio de 1974 na feira livre de Petrolina. No último dia 18, o juiz Genival Matias de Oliveira presidiu na 1ª Vara da Justiça Federal, em Recife, audiência referente à ação sumaríssima movida por Felícia de Moraes Soares, viúva de Ruy visando responsabilizar a União pela prisão ilegal, tortura e morte de seu marido.

Nesta audiência, foi intimado a depor pelo ministério público um dos piores e mais tristemente famosos torturadores de Pernambuco, Luiz Miranda. Seu nome é citado no livro "Brasil nunca mais" e em vários outros que falam sobre a repressão no Estado, como o do ex-senador Marcos Freire. Miranda nunca contestou



Ruy, desaparecido desde 1974

estas denúncias. Por sinal, se orgulha da sua condição de torturador. No processo de acareação com Alanir Cardoso, do Diretório Nacional do PC do B, feito no mesmo dia, houve um episódio sintomático. Alanir se referia a Miranda como "policia-torturador", mas o

algoz o corrigiu: "Não sou policial"...

Seu depoimento, de quase 3 horas, foi cínico e imoral. Disse que participava dos interrogatórios como "datilógrafo" e responsabilizou Alanir por qualquer coisa que ocorresse a ele, Miranda, ou à sua família. E ainda se auto-intitulou "brasileiro fiél à minha pátria".

Luiz Miranda foi chamado a depor a partir de uma denúncia de Alanir Cardoso, feita numa audiência anterior. Em uma das sessões de tortura, Miranda mostrou a Alanir a foto de Ruy Frazão e disse: "Este você conhece. O comprido já virou presunto".

## JULGAMENTO

O processo vai entrar agora em fase de julgamento. Vale salientar que no início do ano passado o juiz Genival Matias determinou que fosse expedido

ofício ao SNI solicitando certidão dos assentamentos existentes naquele órgão referentes a Ruy Frazão, sua mulher Felícia e Luiz Antônio Silva Soares - nome usado por Ruy durante a clandestinidade -, assim como apresentação de documentos de *habeas corpus* liberatório expedido em 1974 em favor do preso político.

Em outubro de 1986, baseado no parecer do consultor geral da República, Saulo Ramos, o SNI negou-se oficialmente a fornecer à Justiça Federal em Pernambuco dados sobre o desaparecimento e morte de Ruy Frazão. No parecer que motivou a recusa do órgão de espionagem em colaborar com a Justiça, Saulo Ramos afirmou que "na ordem jurídica atual, quanto ao SNI, existe reserva expressa proibindo o acesso às informações do órgão".

(Tarciana Portella, Recife)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A luta pela frente única

Um exemplo de complexidade da luta de classes foi a manifestação da chamada Frente Agropecuária, realizada no último dia 12 em Brasília. O protesto reuniu latifundiários, setores da burguesia rural e pequenos produtores, sob a direção principal da UDR, organização de direita, nas mãos de latifundiários e grandes pecuaristas.

MANOBRAS DA DIREITA

As reivindicações da Frente Agropecuária não se referem à reforma agrária - questão fundamental para os pequenos produtores. Dizem respeito principalmente à facilidade de créditos, a taxa de juros mais baixas e também aos preços agrícolas.

A burguesia rural e os latifundiários aproveitam-se do descontentamento dos pequenos lavradores e procuram arrastá-los para o movimento sob sua influência. Procuram utilizá-los como massa de manobra, uma vez que o crédito rural é controlado pelos grandes proprietários, e afastá-los da luta principal que é a reforma agrária.

Aliás, em certas regiões, é intensa a propaganda dos latifundiários tentando assustar os pequenos produtores, dizendo que a reforma agrária vai "tomar a terra" de todo mundo. Aproveitam-se inclusive de certos conflitos, que às vezes ocorrem inclusive por incentivo de correntes provocadoras, entre posseiros e pequenos proprietários.

Isto mostra que a construção de uma frente única democrática e popular não é tarefa simples. Não se pode esperar um alinhamento automático dos explorados. As camadas médias oscilam, em determinadas situações podem ser atraídas por questões menores, engrossando movimentos que no fundo se voltam contra seus interesses maiores. Os próprios trabalhadores, em certas circunstâncias, podem ser ludibriados por bandeiras da burguesia.

EXEMPLO DE 64

Em 1964, por exemplo, as classes dominantes proclamavam que era necessário um governo forte para colocar ordem na casa, que a corrupção e a inflação eram fruto das vacilações do governo Goulart. Muitas camadas populares se deixaram levar por estes apelos demagógicos e, se não apoiaram o golpe, no mínimo permaneceram neutras. E boa parte da pequena burguesia engrossou as marchas "com Deus".

Hoje, diante da perplexidade que toma conta do governo, incapaz de enfrentar os problemas cruciais, formam-se dois tipos de oposição: a dos setores populares e a da direita. O movimento encabeçado pela UDR é claramente uma oposição direitista, mas que arrasta momentaneamente setores populares.

A articulação de uma oposição progressista demanda portanto firmeza e habilidade. Não basta lançar palavras de ordem esperando uma adesão imediata de amplas massas. É preciso convencer amplos setores da política a ser seguida. E, na vida prática, ajudar o povo a fazer a sua própria experiência.

ALTERNATIVA POPULAR

A UDR tenta se apresentar como oposição e empolgar os pequenos produtores. Aureliano Chaves também levantou a voz criticando os desacertos do governo. Estes setores de direita pressionam o governo, para obter concessões e, ao mesmo tempo criam uma alternativa de poder. As forças progressistas têm pela frente a tarefa de se opor ao governo e ao mesmo tempo desmascarar a direita. Só assim será possível criar, com a mobilização de massas, uma outra alternativa de poder, para defender os interesses nacionais e populares.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Amigos de Pinochet

Oficiais da Polícia Militar de Pernambuco e de São Paulo estão fazendo curso de aperfeiçoamento com os carabineiros do Chile. O fato foi denunciado pela Ordem dos Advogados de Pernambuco e confirmado pelo comandante da PM deste Estado.

Enquanto o povo brasileiro luta por mudanças democráticas e progressistas no país, os militares continuam acalentando suas amizades com os escistas e torturadores de Pinochet. Na verdade a mentalidade nesta área pouco mudou. Não é por caso que à simples menção da necessidade de identificar e punir os torturadores, a cúpula militar, onde muitos têm as mãos sujas até hoje com o sangue de patriotas, berra furiosa contra o que chamam de revanchismo. E sempre que surge uma oportunidade os militares mostram as garras.

Na Cosipa, na semana passada, a greve foi primida no velho estilo da ditadura. No porto de Santos igualmente, a greve foi logo acompanhada de ocupação com tropas de fuzileiros avais.

Não se pode admitir que uma força encarregada do policiamento extensivo seja inspirada no modelo chileno. E não se pode admitir que generais, que continuam com estas amizades, pretendam continuar interferindo na vida política nacional.

Um jornal de combate pelo Socialismo!

Prossegue o debate sobre a imprensa operária

Desenvolvem-se, em ritmo acelerado, as discussões sobre a nova Tribuna. Precisamos de um novo jornal, ágil, moderno, capaz de enfrentar os embates ideológicos e difundir amplamente a política do proletariado. Alinhemos abaixo algumas idéias básicas, que devem servir de indicativo para as sucursais, leitores e colaboradores neste processo de transição.

Como questão inicial, temos que proceder a uma ruptura com os métodos amadores com que enfrentamos o trabalho da imprensa e com a pouca atenção que dedicamos à luta de idéias no movimento operário e popular. Nas fileiras revolucionárias, é fundamental ter mais gente estudando e produzindo material teórico. Precisamos multiplicar o número de companheiros que escrevem, fornecem argumentos, enriquecem e explicam a política dos marxistas-leninistas.

A redação central, os correspondentes nos Estados, os colaboradores em todos os níveis, temos pela frente o desafio de elaborar um novo jornal, atraente, vivo, combativo, capaz de conquistar novas posições entre as massas trabalhadoras e elevar o nível de consciência socialista. Para isto debatemos alguns cuidados que precisamos tomar nos artigos e reportagens:

Raciocinar junto com o leitor

1) Corrigir a tendência de tentar impor ao leitor as nossas opiniões sem ter o trabalho de demonstrá-las com dados e análises sólidas. Interpretar a realidade e não repetir receitas pré-fabricadas, raciocinar junto com o cidadão que lê o artigo e não obrigá-lo a aceitar afirmações incontestáveis.

2) Desenvolver o jornalismo polêmico. Apontar onde e porquê determinada posição do governo ou de um grupo está equivocada e não apenas adjetivar o adversário como burguês, oportunista etc. Desenvolver o espírito crítico e não se limitar a estabelecer fronteiras de forma sectária.

3) Abordar o movimento social em seu conjunto e não apenas as lutas específicas em que os comunistas estão envolvidos. Só é possível desenvolver uma verdadeira consciência socialista, revolucionária, compreendendo os pontos de vista e os comportamentos de todas as classes e camadas sociais.

Ainda no terreno da elaboração das matérias, não podemos nos restringir à redação central e aos correspondentes das sucursais. É da maior importância ter um contato amplo com amigos, personalidades progressistas, sindicalistas, parlamentares, que, de uma forma ou de



outra, podem dar colaborações preciosas, enriquecer o nível de informação do jornal e ajudar a transmitir nas suas páginas uma visão mais multilateral dos acontecimentos. Criar uma vasta rede de colaboradores, além de melhorar a qualidade do jornal, facilita a sua penetração em setores sociais mais amplos.

Devemos dar mais espaço para artigos assinados de colaboradores, entrevistas com lideranças progressistas etc. Pensamos também contar com o apoio de alguns comentaristas que, periodicamente, assinarão colunas de opinião política, sindical...

Atenção especial para a seção "cartas"

Uma seção especial, que merece atenção, é a de cartas. O trabalhador que coloca no papel a sua experiência direta, que faz uma denúncia apoiada em sua vivência diária, contribui em muito para a educação de classe de seus companheiros. Mas não podemos simplesmente esperar

Aos amigos leitores

Para marcar a nova fase do jornal, pensamos em várias mudanças também na apresentação gráfica e inclusive no nome. O formato deve passar a tabloide, com 20 páginas. Como você deve ter reparado, em artigos anteriores, chegamos a sugerir o nome Nova Tribuna. Gostaríamos de

saber a sua opinião. Você concorda que o nome do jornal deve mudar? Em caso positivo, você tem alguma sugestão, que expresse a mudança que estamos realizando? Se você tem conhecimento de artes gráficas, tem alguma sugestão de logotipo? Esperamos a sua resposta até o dia 15 de março.

que a correspondência surja de iniciativas espontâneas. As sucursais e os companheiros que têm militância política, sindical e popular, podem e devem incentivar e ajudar seus colegas a escreverem.

Um jornal com uma rede de colaboradores

1) Todos os Estados devem fazer esforço para ter um correspondente fixo, capaz de abastecer a redação com comentários, reportagens, fotos. E, como já foi dito acima, estabelecer uma rede de colaboradores.

Julgamos imprescindível que, no mínimo, tenhamos correspondentes fixos em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Os companheiros destas cidades devem ter condições de enviar uma matéria toda semana para a redação. No mínimo um resumo dos acontecimentos políticos e na área sindical - que podem ser aproveitados para pequenas notas e servem para informar a redação, mesmo que não se tenha nenhum compromisso de publicação.

2) Da mesma forma é importante a indicação de um companheiro para divulgação e vendas. Desde já este responsável deve cuidar dos preparativos para o relançamento do jornal.

Não podemos com estas linhas esgotar o assunto. Nesta etapa, o que mais importa é um grande trabalho de mobilização dos militantes e ativistas políticos, a discussão com os atuais leitores e a busca de novos amigos. Solicitamos que os responsáveis pelas sucursais promovam o debate deste artigo e do anterior publicado na edição 297, e nos escrevam dando sugestões e informações sobre as medidas que pretendem tomar ou as que já estão sendo realizadas. As críticas e opiniões dos leitores também serão muito bem recebidas. Aliás já recebemos um certo número de cartas, relativas ao primeiro artigo. Alguns não mandaram o endereço e por isto não podemos responder.

(Rogério Lustosa)



Leia e assinie Tribuna Operária. Como medidas práticas imediatas, encaminhamos às sucursais dois pontos de venda.

Centro de Documentação e Informação Fundação Maurício Grabois

# Portuários de Santos em greve na luta por melhores salários

O porto de Santos, em São Paulo, amanheceu na última terça-feira completamente paralisado. Todas as operações de carga do maior porto do país, responsável sozinho por mais de 50% da operação de importação e exportação por via marítima, estiveram paradas em função da greve de mais de 6 mil operários portuários por melhores salários.

A presença no cais de fuzileiros da Marinha não intimidaram a categoria. Ouvido pela **Tribuna Operária**, o portuário João Domingos Vita, escolhido em assembléia para integrar a comissão de negociações com a empresa administradora do porto, explicou: "Somos responsáveis pelo funcionamento do maior corredor de exportação do Brasil, mas o salário médio dos trabalhadores não passa de Cz\$ 4.500. O presidente da Codesp - Companhia Docas do Estado de São Paulo - que ameaça os portuários com punições através da imprensa, até agora nada de concreto nos ofereceu. Nossa resposta está sendo a luta".

## AS NEGOCIAÇÕES

Na véspera do dia 17, numa assembléia massiva do conjunto das categorias que trabalham no porto, os trabalhadores decidiram rejeitar as magras propostas de reajuste salarial apresentadas pela Companhia Docas, de 16% mais o gatilho salarial. A exigência da maioria esmagadora é de um aumento fixo de 3 mil cruzados, equivalente a uma reposição de 50% a 94%, objetivos bem distantes dos que a empresa apresentou, alegando um prejuízo de Cz\$ 10 milhões por dia com a greve. A atitude da Codesp tem

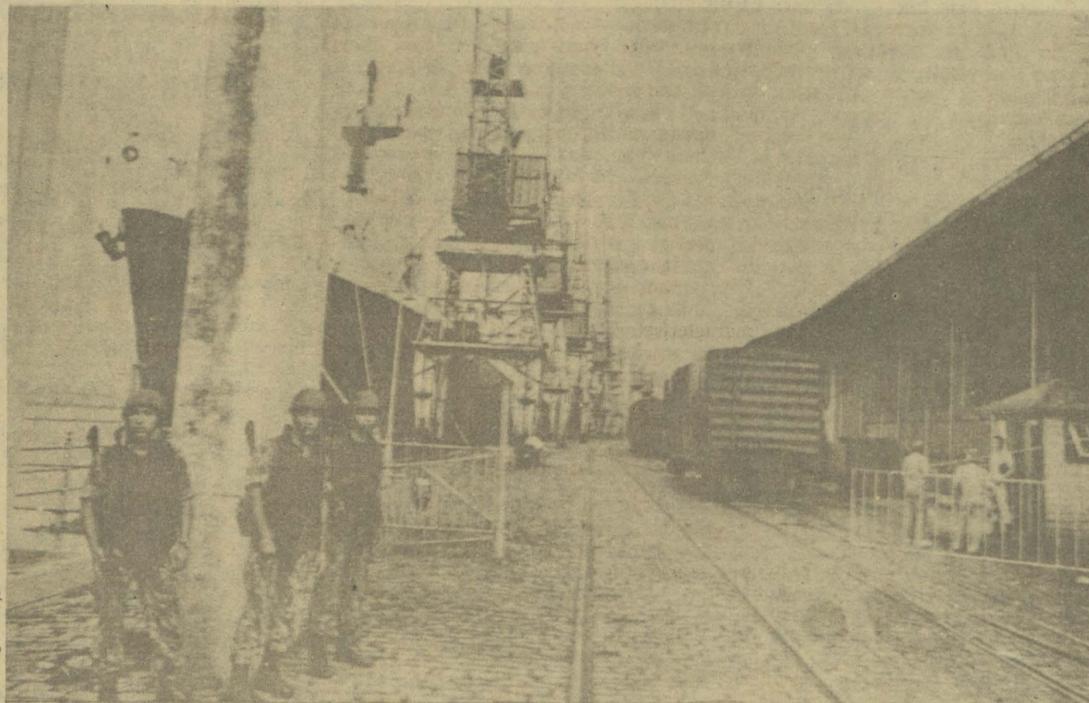


Foto: Jorge Araújo

Fuzileiros navais foram convocados pela Capitania dos Portos para reprimir a greve dos portuários

sido de intransigência nas negociações e de repressão no movimento: desde o início da greve o policiamento tradicional do porto foi substituído pela presença ostensiva de fuzileiros navais.

Até o encerramento desta edição, a maioria das categorias permanecia

em greve, exceção feita à administração, que paralisou apenas 20% de seu contingente.

## A LUTA CONTINUA

Os portuários do Rio de Janeiro, apesar de terem aceitado a proposta da Portobrás - empresa holding que administra as diversas empresas por-

tuárias do país - já fixaram posição de entrarem em operação tartaruga, caso haja alguma violência sobre os portuários paulistas. O presidente do sindicato dos portuários carioca disse que mesmo tendo assinado o acordo, a categoria não permitirá que "companheiros sofram represálias, como aconteceu no caso da Cosipa".

# Repressão violenta aos operários na Cosipa

Determinada a liquidar a qualquer preço o movimento de seus funcionários por melhores condições salariais, a direção da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) transformou a empresa, na última semana, numa autêntica praça de guerra, onde não faltaram prisões e espancamentos de operários e líderes sindicais, bombas de gás lacrimogênio e até rajadas de metralhadora.

Situada no município de Cubatão, próxima ao litoral de S. Paulo e ao Porto de Santos, a Cosipa é uma das três maiores siderúrgicas do país. Seus 15 mil operários produzem 6 mil toneladas de aço por dia, para o mercado interno e para a exportação. Mesmo assim, o salário médio é reduzido. Há constantes denúncias de graves doenças profissionais, causadas pela intensa poluição.

No último dia 12 estes operários iniciaram greve destinada a conquistar um reajuste salarial de 39,4% e a correção da curva salarial da categoria, que sofre grande defasagem. Passaram a viver a partir daí e até o dia 17, quando terminou a greve, um clima de permanente tensão, desencadeada pela presença de tropas de choque, vindas da capital do Estado, de um destacamento da PM de Cubatão e da segurança da própria empresa.

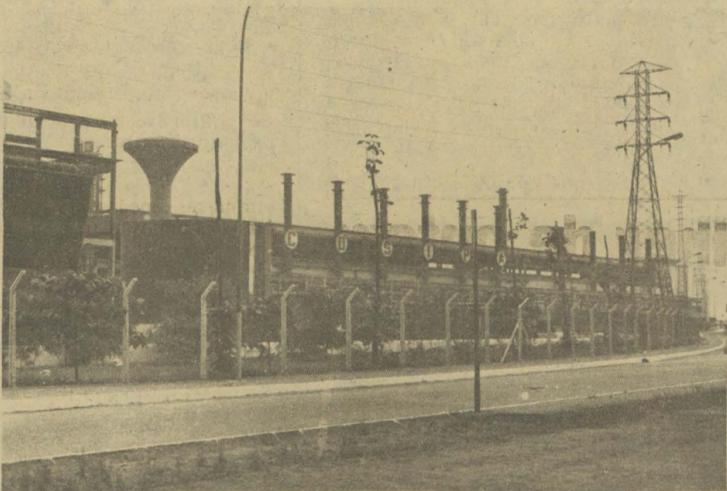


Foto: Yone Simidzu

Durante 5 dias a PM transformou a empresa em autêntica praça de guerra

Chamada pela direção da Cosipa para "proteger o patrimônio" a tropa de choque chegou à usina já no primeiro dia da greve. As violências começaram no período da tarde, quando foi brutalmente espancado e preso um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos. Daí por diante e até a noite várias prisões foram efetuadas com graves espancamentos e bombas de gás lacrimogê-

nio. Para intimidar os grevistas PMs disparavam rajadas de metralhadoras. Ao todo foram presos 10 sindicalistas, havendo casos de traumatismo craniano, fraturas e hematomas graves.

## OPERÁRIOS REAGEM

"Operário unido jamais será vencido". Esta era a palavra de ordem dos operários quando começaram a

investir contra a polícia no intuito de se defenderem. "Sentimos uma força muito grande. A nossa união e a compreensão da necessidade e justiça dessa luta nos fortaleceram para enfrentarmos todo aquele aparato policial; e vamos permanecer até a vitória" - declararam à **Tribuna** dois membros do Comando de Greve. Os operários ocuparam a FOX (Fábrica de Oxigênio) e alertaram aos PMs: caso houvesse mais alguma prisão ou espancamento, ou ainda, se a polícia continuasse provocando os operários, eles investiam contra a fábrica, que tem o efeito de uma bomba poderosa.

A mobilização prosseguiu mesmo com a decretação da ilegalidade da greve, no dia 16. A decisão do Tribunal Regional do Trabalho, os operários responderam com a decisão de permanecer na fábrica, mesmo depois de vários dias longe da família, dormindo no chão e passando frio.

Um dia depois, 8 horas de negociações com a empresa garantiram importantes conquistas; a Cosipa concederá 10% de antecipação; não haverá demissões nem punições. A categoria sai fortalecida para nova batalha em maio, data de seu dissídio.

(Suely Torres - da sucursal de Santos)

# Bancários iniciam campanha nacional unificada

A partir desta quinta-feira, dia 19, com assembléias no país inteiro, os 800 mil bancários esquentam os motores da sua campanha salarial unificada. A categoria já entregou suas reivindicações aos banqueiros e aguarda até o próximo dia 12 uma resposta. Caso esta seja negativa, os bancários prometem repetir a dose de 1986, realizando nova greve nacional.

A campanha salarial dos bancários se dá fora da data-base, que é em setembro, em função do fim do Plano Cruzado. A categoria foi uma das mais prejudicadas pelo congelamento de salários decretado em fevereiro do ano passado. O Cruzado I entrou em vigor no dia em que os bancários

teriam seu reajuste semestral - que já estava fixado em 105%. Como os salários foram congelados na baixa, as perdas do setor foram grandes.

Além disso, a categoria foi vítima de uma grande onda de demissões. Segundo cálculos parciais dos sindi-

catos, 120.442 bancários perderam seus empregos nos últimos meses. Em compensação, os poderosos banqueiros multiplicaram ainda mais seus lucros durante a vigência do Cruzado. Só com a cobrança das taxas de serviços bancários (que antes eram gratuitos), atualmente os bancos cobrem mais de 60% da sua folha de pagamento.

Agora, com a volta da ciranda financeira e dos altos juros, os lucros dos banqueiros assumem cifras astronômicas. O Bradesco, primeiro banco privado do país, anunciou na semana passada que lucrou Cz\$ 3.884 bilhões no ano passado. Isso significa um crescimento de 45,96% se comparado com o balanço do estabelecimento em 1985.

## CALENDÁRIO DE LUTA

Diante desse quadro é que os bancários iniciam agora uma nova campanha salarial unificada. Esta é dirigida por um Comando Nacional Unitário, composto pelas 44 principais entidades sindicais do setor, como a Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), todas as federações regionais e os sindicatos das capitais de Estado. No país inteiro existem cerca de 130 sindicatos de bancários.

No último dia 11, o Comando Nacional se reuniu no Rio de Janeiro e fixou a pauta de reivindicações e um calendário de mobilização. Os bancá-

rios exigem 100% de aumento salarial (além do gatilho); salário mínimo do Dieese (Cz\$ 4.884,60 em dezembro); Comissão Sindical por banco; e estabilidade no emprego. Esta pauta foi entregue à Fenaban (entidade patronal) no dia seguinte e foi fixado um prazo para resposta dos banqueiros até o próximo dia 12 de março.

Quanto a mobilização da categoria para garantir a conquista das reivindicações, o Comando Nacional aprovou o seguinte calendário: 19 de fevereiro, assembléias em todo o país para aprovar a pauta de reivindicações e o plano de luta; 25 de fevereiro, Dia Nacional de Luta com manifestações e paralisações parciais; 13 de março, nova reunião do Comando Nacional, em Campinas para avaliar o grau de mobilização das bases; 14 de março, no mesmo local, Encontro Nacional dos Bancários.

O comando também aprovou como data indicativa para deflagração da greve nacional o dia 31 de março. Esta poderá ser alterada dependendo da postura dos banqueiros, da mobilização da base e da piora da situação econômica do país. As lideranças bancárias estão otimistas com o desenvolvimento da campanha salarial. Garantem que a mobilização nas bases está crescendo e citam como exemplo a luta dos funcionários do Banco do Brasil. Estes paralisaram o trabalho por uma hora na quarta-feira, dia 18, para exigir 100% de aumento e a desvalorização do banco como um agente do desenvolvimento social.

# Dirigente da CUT perde eleição sindical em Alagoas

A CUT sofreu um duro revés em Alagoas. O presidente desta central no Estado, Pedro Luis, foi desalojado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas que dirigia há nove anos. A eleição, em segundo escrutínio, ocorreu no último dia 12 e a chapa oposicionista **Unidade Urbanitária**, obteve 1.105 votos contra 847 dados a chapa de Pedro Luis que também é vice-presidente do PT e membro da direção nacional da CUT.

O resultado do pleito confirmou a denúncia de fraudes feitas no primeiro escrutínio. Na ocasião, a diretoria da entidade utilizou-se de vários expedientes imorais (anulou votos oposicionistas, impediu inúmeros associados de votar para possibilitar a vitória da chapa da situação por uma diferença de apenas 2 votos. Além disso, contou com a ajuda aberta das empresas, principalmente da concessionária de luz (CEAL), que colocou seus chefes a disposição da Chapa I.

Diante de tanta sujeira e peleguismo, a categoria deu o troco no segundo escrutínio. A situação ainda tentou fraudar a eleição. Um fiscal da Chapa I fugiu com uma das urnas itinerantes e foi pego em flagrante quando tentava "engravidar" a urna, colocando votos, num terreno baldio.

A diretoria eleita pretende agora torturar o sindicato, que é um dos mais importantes de Alagoas. Ele engloba os operários da concessionária de água (Casal) e de luz (CEAL), num total de cerca de 5 mil trabalhadores (destes, aproximadamente 2 mil são sindicalizados). A nova direção, encabeçada pelo electricista Paulo Fernando, o popular Paulão, conta com as principais lideranças da categoria - inclusive alguns petistas descontentes com a corrupção que campeava no sindicato.

Segundo Paulão, a tarefa é unir toda a categoria em torno da entidade sindical. Abel Cavalcante, outro integrante da nova direção, afirma que "agora o sindicato vai ser dirigido com honestidade e seriedade. Vamos acabar com a prática de corrupção e não admitiremos mais que o sindicato seja partidarizado, como o era pelo PT". Uma das primeiras atitudes da diretoria é desfiliar o sindicato da CUT já que a filiação foi feita por decisão unilateral da direção anterior. (da sucursal)

# Gaseiros realizam greve por 85% de reajuste salarial

Ao fecharmos esta edição, prosseguia a greve dos engarrafadores e distribuidores de gás de São Paulo, iniciada no último dia 12. A categoria, composta por cerca de 8 mil gaseiros no Estado, reivindica um reajuste salarial de 85%, tendo como base um estudo do Dieese sobre as perdas do poder aquisitivo do setor nos últimos 11 meses.

A paralização comprometeu seriamente o abastecimento de gás, principalmente para as indústrias. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, só na capital paulista mais de 120 mil botijões deixaram de ser entregues diariamente. Outros Estados, como Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal, também foram afetados. De acordo com a federação da categoria, em Brasília apenas foram entregues 40 dos 6 mil botijões de gás de cozinha consumidos diariamente.

Apesar da justa do movimento, o patronato mantém-se inflexível. Ofereceu apenas os 20% do gatilho salarial e recusou-se a continuar as negociações. Também entrou com o pedido de ilegalidade da greve no Tribunal Regional do Trabalho, que aprovou a solicitação no dia 17 e ainda determinou o desconto dos dias parados.

# Aumento da tarifa de ônibus gera protestos na Bahia

Por decisão da maioria dos vereadores da Câmara Municipal de Salvador, integrada por membros do PMDB e PFL, foi aprovado na semana passada o projeto do prefeito Mário Kertesz aumentando para Cz\$ 3,00 o preço das passagens de ônibus. Também foi revogada a lei da semestralidade, que vinculava todo aumento de tarifas de transportes coletivos ao aumento do salário mínimo.

As duas decisões mereceram o repúdio de diversas entidades populares. A Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) denunciou que o povo foi traído pelo prefeito e pela maioria dos vereadores e convocou uma manifestação de protesto no centro da capital baiana.

Apenas nove vereadores foram sensíveis aos reclamos da população e votaram contra os dois projetos da prefeitura. Entre eles estão os dois parlamentares do PC do B, Jane Vasconcelos e Ney Campelo. Segundo Jane Vasconcelos, uma das principais lideranças da luta contra a carestia, "a decisão do prefeito só favorece os empresários, que terão ainda maiores lucros. O povo não pode conviver com uma tarifa que garante superlucros para os patrões e nenhuma qualidade dos transportes". (da sucursal)



Assembléia dos grevistas paulistas em 1986: cena pode se repetir



# Jogo sujo na falta de remédios

No seu afã por mais lucros, as multinacionais - que controlam 85% da produção de medicamentos no país - põem em risco a vida de milhares de pessoas sem que as autoridades punam os culpados. A indústria farmacêutica reduziu drasticamente e de forma acintosa a oferta de remédios para exigir a liberação dos preços de seus produtos.

A falta de remédios em um país onde metade da população é portadora de uma ou mais doenças assume um caráter dramático. Há quase um ano começou a faltar uma série de medicamentos das prateleiras das farmácias, tendo se acentuado nos últimos três meses. Sob o argumento de que o preço tabelado dos remédios não estava compensador, a indústria farmacêutica reduziu a produção dos seus produtos mais consumidos. Diante da pressão empresarial, em dezembro último - em plena vigência do congelamento dos preços - o governo autorizou um aumento geral de 20% nos preços dos remédios. Mas esta medida não saciou a sede de lucro dos fabricantes e o boicote continuou.



Foto: Ailton S. Leite

imobilismo das autoridades diante das ameaças: "Se o governo encerrar com as multinacionais sobre os preços, elas são capazes de fechar as portas".

## "Não se acham os remédios baratos"

No início de fevereiro a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) reuniu em sua sede os representantes da indústria, do comércio no atacado e varejo de medicamentos e hospitais privados, onde deixou claro que os remédios pouco lucrativos não seriam fabricados. Se hoje há uma falta de aproximadamente 50% dos remédios, com esta nova ameaça a situação deve piorar. Um vendedor da Drogaria Olido, no centro de São Paulo, diz que "não se acham os remédios mais baratos e os mais procurados". Segundo ele, vitamina infantil e drogas contra a bronquite

desapareceram totalmente.

Este boicote provocou uma série de reações dos setores populares. O Conselho Regional de Farmácia de São Paulo protestou energicamente. Em um de seus documentos afirma: "Medicamentos, pelas suas peculiaridades, não devem ser confundidos com mercadoria qualquer. Assim torna-se indispensável relegar os aspectos meramente mercantis quando se trata da comercialização de medicamentos, para fazer prevalecer os aspectos de saúde pública, visando aos superiores interesses da população, que deles necessita para a cura de suas enfermidades".

## Multis vendem drogas proibidas

No Rio Grande do Sul a luta está mais avançada e foi formado um amplo movimento contra o boicote na fabricação de medicamentos pelas multinacionais e a favor da criação

da indústria químico-farmacêutica estatal. Em um documento assinado por partidos políticos, entidades populares e inclusive pelo governo do Estado, propõe uma "Política Nacional de Medicamentos que nos capacite à pesquisa de matérias-primas básicas e à produção e distribuição de medicamentos, soros e vacinas; com poder político para fazer frente ao monopólio internacional (...)"

Jussara Cony, vereadora de Porto Alegre, presidenta da Comissão de Saúde da Câmara, uma das idealizadoras desse movimento pró indústria farmacêutica estatal acha que "a política tem que partir do pressuposto que os objetivos do setor de saúde são atender os interesses da maioria da população e não os lucros das multinacionais". Jussara, que é farmacêutica e tem se dedicado com afinco ao estudo da penetração do capital monopolista estrangeiro na indústria farmacêutica diz que os remédios fabricados pelas estatais brasileiras são de melhor quali-

Nas farmácias faltam analgésicos, vitaminas para as crianças, drogas contra a doença de Parkinson entre outros. Contra este abuso a vereadora gaúcha Jussara Cony preconiza o fortalecimento da indústria estatal de medicamentos. No laboratório do HC de São Paulo remédios 30% mais baratos.



dade do que os feitos pelas multinacionais.

O médico alemão Franz Daschner, chefe do departamento da Organização Mundial de Saúde que trata do uso de antibióticos, declarou na semana passada em Curitiba que as indústrias multinacionais vendem no Brasil uma série de remédios de uso proibido em seus países de origem. Ele citou também o caso do desinfetante hospitalar Incidin

Perfect, fabricado pela Henkel. Na Alemanha este produto é indicado para uso numa concentração de 0,5% para uma exposição de uma hora. No Brasil seu uso é recomendado a 3% durante 30 minutos. "Como é um produto altamente tóxico - explica Daschner - o Incidin Perfect numa solução de 3% acaba trazendo problemas para o paciente e para o pessoal que o aplica".

(Domingos Abreu)

# O povo de S. Paulo defende o verde contra Jânio

O atual prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, ataca novamente: agora o seu alvo é o que resta da cidade de São Paulo. Com uma Câmara Municipal virtualmente corrompida pela maioria jânista, os vereadores que resistem não são suficientes para impedir a aprovação pelos mais diversos expedientes, inclusive o decurso de prazo, dos projetos megalômanos do ex-presidente da República. O objetivo, desta feita, é construir garagens subterrâneas em 10 logradouros públicos, para abrigar cerca de 2.700 carros, bem no centro da cidade. Com isso, interesses excusos de construtoras seriam contemplados e as áreas verdes irremediavelmente abaladas: são 8 praças, um largo e uma avenida da capital.

## ARGUMENTO INCONSISTENTE

A equipe da prefeitura defende a idéia dizendo que nenhum arbusto sofreria danos com as obras. Mas diversos arquitetos e engenheiros já se pronunciaram de forma unânime confirmando a impossibilidade de se construir tais garagens sem liquidar com boa parte das árvores e plantas das referidas praças, mesmo com a utilização de modernos sistemas de escavação, tipo Shield (conhecido como "tatuzão").

Diante da mobilização da última semana, quando entidades ecológicas, sindicatos dos arquitetos, os partidos políticos, reuniram mais de 2 mil

pessoas num grande "abraço" ao Parque Trianon, o sr. Jânio resolveu recuar da idéia de liquidar com todas as praças arroladas no plano original e apenas atingir duas, num primeiro momento. Outras praças serão palco de novos protestos, ainda neste mês.

## A LÓGICA DO DESGOVERNO

O projeto de implantação das garagens se soma a um rol de iniciativas do prefeito no sentido de prejudicar a vida já suficientemente atribulada do povo de São Paulo. Na questão habitacional, por exemplo, o executivo promoveu a expulsão de favelados de forma violenta das regiões de alto poder aquisitivo. Em relação à segurança pública, o alvo está escolhido: é o povo mesmo. Não é a toa que o parque Ibirapuera, em frente à Prefeitura, se transformou em campo de batalhas entre a população e a guarda municipal. Na área do transporte coletivo, o prefeito conseguiu sustar a entrega de mais carteiras que autorizam o passe livre dos usuários com mais de 65 anos, entre outras arbitrariedades.

A experiência deste ano e pouco de lutas contra a irresponsabilidade e o desgoverno do sr. Jânio Quadros indica, no entanto, que toda a vez que a população se movimenta em defesa de seus interesses, o prefeito acaba dando passos atrás. Cresce no momento a necessi-

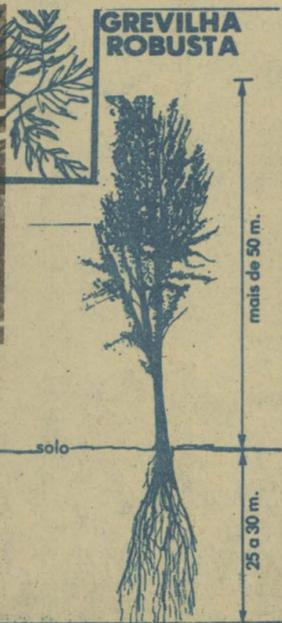


Foto: Ailton S. Leite

dade da unificação dos diversos movimentos. Os favelados, os idosos, os marreiros, os moradores de cortiços, os ecologistas, os que dependem de transporte coletivo, enfim, a



As grandes manifestações como a do Parque Trianon, em S.P. mobilizaram uma corrente de 2 mil pessoas, num "abraço ecológico". Outros estão programados: é a forma encontrada para fazer frente às investidas de Jânio. Os argumentos do prefeito não resistem à menor observação científica: todas as técnicas de engenharia fatalmente iriam acabar com o que resta de verde.



## Resposta arrogante

O sr. Jânio Quadros está processando o *Jornal da Tarde* (um diário de São Paulo) e o *Partido Comunista do Brasil*, por suposta injúria e divulgação, no entender do alcaide, delituosa: o citado órgão de imprensa estampou manchete alertando os paulistanos "Esta praga ameaça nossas praças" ao lado de uma foto do prefeito, enquanto o Diretório Regional de S. Paulo do PC do B distribuiu nota ao povo solidarizando-se com o movimento em defesa da ecologia e chamando todos os setores responsáveis da sociedade contra a "demência reacionária de Jânio Quadros". Afirma ainda o

documento que o prefeito "deseja destruir nossas praças, eliminar parte de nossa história arquitetônica e social, destruir não somente as favelas, mas os próprios favelados". O processo está sendo encaminhado à justiça pelo secretário de Negócios Jurídicos, Claudio Lembo. Segundo Gilberto Natalini, membro do Diretório Regional do PC do B, "trata-se de mais uma violência contra o povo, das inúmeras já cometidas pelo prefeito, que vem se notabilizando por atos tresloucados e comprometidos com os senhores que o apoiaram nas últimas eleições, ou seja, os grandes empresários da construção, civil e de transportes urbanos, entre outros".



Fundação Maurício Grabois